

PARA ALÉM DO EUROCENTRISMO: UM ESTUDO SOBRE A RECEPÇÃO DO PENSAMENTO DECOLONIAL NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Francisca dos Santos Rodrigues¹
Ana Cristina Meneses de Sousa²

RESUMO

Esta pesquisa é vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC, subsidiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Diz respeito ao pensamento decolonial, que é um conjunto de reflexões de intelectuais latino-americanos que compõem a rede Modernidade/Colonialidade, que baseiam-se no conceito “colonialidade do poder”, produzido pelo sociólogo Aníbal Quijano, do qual compreende a raça como determinante para estabelecer um parâmetro de organização e exploração do sistema-mundo ditado pelo modelo europeu. Estes intelectuais problematizam a manutenção da dominação colonial, desde 1492, sob a América Latina, e buscam a sua superação. É importante destacar que as ideias decoloniais após o fim do século XX foram incorporadas no campo historiográfico brasileiro, gerando o que compreendemos como uma decolonialidade à brasileira, que refere-se a um conjunto de resistências anticoloniais (Reis, 2024). Deste modo, essa pesquisa, tem como objetivo a análise do pensamento decolonial e a sua contribuição para o campo da historiografia brasileira. Assim partimos de uma metodologia qualitativa com o uso de revisão bibliográfica de autores como Costa e Grosfoguel (2016), Reis (2024), Quijano (2005). O estudo demonstra a relevância do pensamento pós-colonial para o decolonial, evidenciando o caráter político de intervenção da decolonialidade ao sistema mundo/moderno produzido pela Europa, bem como discutindo como estes debates irão ser incorporados no contexto brasileiro. Portanto, conclui-se que a discussão se trata de uma pesquisa inovadora que contribui com a disseminação de epistemologias não eurocêntricas no campo da História.

Palavras-chave: Decolonialidade, Historiografia Brasileira, História.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa possui vínculo com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), subsidiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Diz respeito ao pensamento decolonial, que surgiu por volta dos anos de 1990 com a rede de pesquisadores latino-americanos, intitulada Modernidade/Colonialidade (M/C), a qual se fundamenta nos estudos do sociólogo Aníbal Quijano sobre o conceito “colonialidade do poder”.

¹Graduanda do Curso de História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), fransantosrodri@gmail.com.

² Professora Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente leciona com dedicação exclusiva na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), acristina@cchl.uespi.br

O conceito de “colonialidade do poder” defendido por Quijano e adotado como base epistemológica para os estudos decoloniais, trata-se da permanência da estrutura de domínio que estabelece a relação colonizador/colonizado sobre a América Latina mesmo após a superação do colonialismo. Logo, os intelectuais da rede M/C por meio de suas produções, problematizam a manutenção da colonialidade e buscam a superação deste contexto.

Os estudos decoloniais surgem em contrapartida aos estudos pós-coloniais durante os últimos anos do século XX, narrando as experiências da América Latina e atuando como um projeto político de intervenção nas estruturas da colonialidade. A rede de pesquisadores veio ganhando visibilidade e identidade própria com a expansão do conceito de “colonialidade do poder” para outras categorias como “colonialidade do ser” e “colonialidade do saber” durante as últimas décadas dos anos 2000, trazendo assim importantes reflexões e novas formas de pensar a História.

Neste sentido, apontamos sob luz de Reis (2024) que a academia brasileira vem recepcionando tais discussões, principalmente no campo das Ciências Humanas, como na área da História que é alvo deste estudo. Com a emergência dos estudos sobre raça e gênero os pesquisadores brasileiros estão fazendo uso dos estudos decoloniais e adaptando tais categorias ao contexto brasileiro, gerando o estado que lemos como uma *decolonialidade à brasileira*, que comunica um conjunto de resistências tradições anticoloniais (Reis, 2024).

Deste modo, este estudo científico justifica-se por acessar um debate inovador e atual que recorta as discussões decoloniais em voga na nossa historiografia brasileira e por trazer à tona um debate que se faz necessário e desafiador para o nosso contexto contemporâneo. Diante desse cenário a pesquisa contempla como objetivo geral a análise do pensamento decolonial e a sua contribuição para o campo da historiografia brasileira, de forma específica se propõem estudar sobre o pensamento decolonial no Brasil.

Levando em consideração que esta pesquisa integra-se no campo das discussões da História Cultural, principalmente nas linhas temáticas preocupadas com as discussões referentes aos estudos culturais, aqueles ligados à questão da linguagem, autoria e recepção, procuramos destacar alguns procedimentos metodológicos para a discussão da temática. Dos quais, buscando alcançar os objetivos traçados foram estipuladas duas fases para a sua concretização: primeiramente a realização de uma

revisão bibliográfica de caráter exploratório e de abordagem qualitativa no campo decolonial com uso de Costa e Grosfoguel (2016) Quijano (2005) e Mignolo (2010); em segundo lugar, o cumprimento de uma análise no campo da Historiografia Brasileira, recortando nomes que incorporam a perspectiva decolonial, como Reis (2024), Rosevics (2014) e Reis; Andrade (2018).

Portanto, conclui-se que o estudo intensifica a importância e a disseminação dos Estudos Decoloniais no Brasil. A medida que os discursos podem ser motores de transformações, desconstruções e como historiadores possuímos a função social de produzi-los, problematizá-los e disseminá-los, uma vez que as narrativas historiográficas não permanecem estáticas, o seu destino final é a inserção nos livros didáticos para que dessa forma possa se construir cidadãos críticos.

DECOLONIALIDADE: UM PROJETO POLÍTICO CONTRA A COLONIALIDADE

O Giro Decolonial ou Decolonialidade como é conhecida, refere-se a uma rede de pensadores, nomeada Modernidade/Colonialidade, criada durante os anos de 1990 na América Latina. De acordo com Reis (2024) os fundamentos da rede se baseiam no conceito “colonialidade do poder”, produzido pelo sociólogo e historiador Aníbal Quijano.

O sociólogo nascido em Yanama no Peru, nos anos de 1930 teve sua trajetória acadêmica marcada pela difusão das ideias do historiador e sociólogo José Carlos Mariátegui La Chira³ e pelos seus estudos sobre a América Latina com a produção do conceito “colonialidade do poder”. Após seu falecimento em 2018, suas produções foram alvo de homenagens e divulgação, o que acarretou na visibilidade de seu nome e da rede Modernidade/Colonialidade no âmbito internacional acadêmico (Reis, 2024).

O conceito de “colonialidade do poder” produzido por Quijano e utilizado como base para os estudos decoloniais, diz respeito às permanências da estrutura de poder que estabelece a relação colonizador/colonizado mesmo após os processos de independências na América Latina, como bem destaca o sociólogo:

³ O historiador, sociólogo e jornalista peruano José Carlos Mariátegui La Chira (1894-1930), foi um dos mais importantes estudiosos sobre o marxismo na América Latina. É responsável por analisar as especificidades do contexto peruano ao materialismo histórico. Sua principal obra é *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*.

Com a conquista de las sociedades y las culturas que habitaban 10 que hoy es nombrado como América Latina, comenzó la formación de un orden mundial que culmina, 500 años después, en un poder global que articula todo el planeta. Este proceso implicó, de una parte, la brutal concentración de los recursos del mundo, bajo el control y en beneficio de la reducida minoría europea de la especie y, ante todo, de sus clases dominantes (Quijano, 1992, p.11).

Deste modo, entende-se que o processo de colonização nas Américas, inaugurado em 1492 pelo homem branco e europeu, produziu uma estrutura de domínio baseado em um discurso de hierarquização das raças, uma vez que a noção de raça foi compreendida como “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo”(Quijano, 2005, p.117).

Esse contexto é lido por Aníbal Quijano como o estabelecimento do colonialismo, que refere-se a dominação do sistema-mundo pela hierarquização das raças. Historicamente, compreende-se que o colonialismo findou-se com os processos políticos de independências dos territórios latino-americanos, entretanto sua produção deixou marcas que não foram superadas, visto que contemporaneamente permanece uma relação desproporcional de domínio europeu em diferentes escalas, como epistêmica, subjetiva ou econômica, o que compreende-se como um estado de colonialidade do poder (Quijano, 2005).

Com a publicação do artigo *Colonialidad y modernidad/racionalidad* (1992) o conceito “colonialidade poder” ganha evidência no mundo acadêmico. E, por volta de 1998, por intermédio do *Congresso de Sociologia no Canadá*, inicia a articulação da rede M/C, como bem aponta Reis (2024):

Em 1998, num simpósio organizado por E. Lander no Congresso Mundial de Sociologia no Canadá (Montreal), a rede Modernidade/Colonialidade começou a ser articulada e, tiveram como base fundamental para articulação das ideias, os trabalhos de Quijano, sobretudo o texto *Colonialidad y modernidad/racionalidad* publicado em 1992 na revista *Perú Indígena*. Walter Mignolo (2005), atribui a esse texto o marco fundador da rede Modernidade/Colonialidade (Reis, 2024, p.34).

Desta maneira, a rede Modernidade/Colonialidade surge amparada pelas reflexões de Aníbal Quijano, tendo em vista o objetivo de “problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos

os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia” (Reis; Andrade, 2018, p. 3), em vista da produção de uma história vista de baixo e não hegemônica das vozes da América Latina (Reis, 2024).

Tendo em vista seus objetivos, a rede é composta pela participação de estudiosos como Enrique Dussel (Argentina), Maldonado Torres (Porto Rico), Walter Mignolo (Argentina), Catherine Walsh (Estados Unidos), Ramón Grosfoguel (Porto Rico), Santiago Castro-Gómez (Colômbia), Arturo Escobar (Colômbia), Rita Segato, Maria Lugones (Argentina), Zulma Palermo (Argentina), Fernando Coronil (Venezuela), Edgardo Lander (Venezuela).

É fundamental entendermos que mesmo que o Giro Decolonial possua um grande número de participantes, ela não se configura como um grupo. Os seus membros preferem ser referenciados como integrantes de um programa de investigação, visto que cada pesquisador usufrui de suas especificidades epistêmicas e territorialidade. O que desperta curiosidade, pois a rede de investigação com cerca de mais de dez anos vem desenvolvendo “noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio” (Ballestrin, 2013, p.99), o que leva muitas das vezes a serem interpretados como grupo por outros pesquisadores.

A rede de investigação Modernidade/Colonialidade possui sua própria identidade e produções que foram desenvolvidos a partir da disseminação do conceito de colonialidade do poder, uma vez que “foi estendido para outros âmbitos que não só o do poder” (Ballestrin, 2017, p.100), mas também a do ser⁴, do saber⁵ e o sistema-colonial de gênero⁶.

Deste modo, evidencia-se que a Decolonialidade “como rede de pesquisadores que busca sistematizar conceitos e categorias interpretativas têm uma existência bastante recente” (Costa; Grosfoguel, 2016, p.16), que incorpora não somente o debate acadêmico, visto que também consiste em um projeto político de intervenção. Para além do campo teórico, a estruturação da decolonialidade “consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do

⁴O conceito de “colonialidade do ser” foi pensado inicialmente por Walter Mignolo e em seguida desenvolvido e aprofundado por Maldonado-Torres, ambos participantes da M/C

⁵ O conceito de “colonialidade do saber” foi desenvolvido por diferentes pensadores da M/C inspirados na teoria Quijariana.

⁶A filósofa argentina María Lugones elaborou seu conceito “sistema-colonial de gênero”, no qual comunica que o gênero foi imposto pelo colonialismo, que as categorias binárias “homem” e “mulher” e suas representações sociais fazem parte de uma construção imposta aos povos que foram colonizados.

sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492” (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 16).

Costa, Torres e Grosfoguel (2018) enfatizam que “Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade” (Costa; Torres; Grosfoguel, 2018, p.10). Neste sentido, a Decolonialidade busca se apropriar das ferramentas que foram utilizadas pelos europeus para retirar a roupagem da colonialidade e reconstruir as narrativas silenciadas de grupos que foram colocados como subalternos, como o caso dos povos tradicionais, negros e países de terceiro mundo.

Neste sentido, é importante destacar que a trajetória da rede de pensadores decoloniais surgem em contrapartida aos Estudos Pós-coloniais, que foi empreendido por intelectuais de países subdesenvolvidos após o fim da Segunda Guerra Mundial “que estavam radicados nos departamentos de estudos culturais, de língua inglesa, antropologia das universidades inglesas e posteriormente das universidades norte-americanas” (Costa; Grosfoguel, 2016, p.15) que buscavam estudar as consequências do colonialismo nas sociedades marginalizadas.

Diante disso, outros grupos começam a ser derivados dos estudos pós-coloniais, como o caso do grupo de Estudos da Subalternidade do Sul da Ásia, liderado pelo intelectual Ranajit Guha, que “visava dismantelar a razão colonial e nacionalista na Índia, restituindo aos sujeitos subalternos sua condição de sujeitos plurais e descentrados” (Costa; Grosfoguel, 2016, p.16)

Maurício Reis e Marcileia Andrade (2018) explicam que “o pensamento pós-colonial articula-se na perspectiva de demonstrar as dessemelhanças antagônicas existentes entre colonizador e colonizado, denunciando essa discrepância como um projeto de domínio e opressão” (Reis; Andrade, 2018, p.3). Dessa forma, o pós-colonialismo se categoriza como uma escola de pensamento, que contribui para o entendimento das consequências do colonialismo no sistema-mundo, uma vez que, como vertente teórica, suas contribuições perpassam somente o campo conceitual, porém falham em construir atitudes de superação da estrutura neocolonial.

É importante entendermos que a proposta pós-colonial para a decolonial é oposta, isso desde sua operação até sua origem geográfica, entretanto mesmo com

diferenças, tais movimentos conversam entre si e possuem relações históricas de advento. Como bem destaca Rosevics (2014):

Na década de 1990, um grupo de intelectuais latino-americanos que vivia nos Estados Unidos, inspirados pelos processos de redemocratização dos países da região e pelo debate pós-colonial que chegara às universidades estadunidenses nas décadas anteriores, decidiram fundar o Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos, que teve como primeiro documento oficial o “Manifesto Inaugural do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos”, de 1993 (Rosevics, 2014, p.2).

O Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, criado em 1992 nos Estados Unidos, contou com a participação de pesquisadores, como José Rabasa, Javier Sanjines, Walter Mignolo, Nelson Maldonado Torres, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Catherine Walsh e dentre outros pesquisadores. O grupo inicialmente foi influenciado pelas ideias do Grupo Subalterno da Índia, e tinha como objetivo “questionar os discursos articulados pelo projeto moderno (na política, na economia, na cultura e na ciência) pelos países centrais e autodenominados hegemônicos” (Reis, 2024, p.23).

Muitos dos nomes apontados são conhecidos por fazerem parte da rede M/C, isso ocorre devido o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos ter se desmembrado em 1998, devido “discordâncias teóricas internas entre os(as) integrantes” (Reis, 2024, p.23). Após a desestruturação do grupo, foi fundada a rede Modernidade/Colonialidade, do qual muitos pesquisadores migraram para a nova organização de pesquisa.

Alguns pesquisadores da própria rede enfatizam que o desmembramento do grupo ocorreu devido muitos dos participantes serem de origem latino-americano, no entanto residiam nos Estados Unidos, e elaboraram somente narrativas estadunidenses, assim como possuíam muitas referências teóricas europeias (Rosevics, 2014). Isso gerou um sentimento de traição como bem evidencia Rosevics (2014):

O uso de epistemologias advindas majoritariamente de autores europeus passou a ser vista como uma traição ao objetivo principal dos estudos subalternos de rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento. É neste sentido que surge a crítica decolonial, trazendo a necessidade de descolonizar a epistemologia latino-americana e os seus cânones, na maior parte de origem ocidental. Como aponta Grosfoguel, é preciso descolonizar não apenas os estudos subalternos como também os pós-coloniais (Rosevics, 2014, p. 2).

A crítica decolonial ao pós-colonialismo parte da ideia de que esta poderia trazer risco e um possível esvaziamento de pauta, visto que suas narrativas trazem somente as experiências da América do Norte e da Ásia, com isso poderiam torna-se um paradigma hegemônico a partir da homogeneização global das experiências subalternas, visto que reforçam também a valorização da leitura europeia.

Diante disso, ao “evitar o paradoxal risco de colonização intelectual da teoria pós-colonial, a rede de pesquisadores da decolonialidade lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina” (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 16). Deste modo, Rosevics (2014), enfatiza que:

Dentre as principais diferenças entre os pós-coloniais asiáticos e os decoloniais latino-americanos, está o tipo de experiência colonialista que cada uma das regiões conheceu e as suas consequências para as reflexões teóricas posteriores. O colonialismo na Ásia e na África esteve ligado aos anglo-saxões e franceses majoritariamente e se distingue no tempo e no espaço, da ação dos portugueses e espanhóis na América Latina (Rosevics, 2014, p. 3).

Diferente do pós-colonial, que faz a leitura das diferenças do colonizador/colonizado, o decolonial vai além disso, denunciando não somente as permanências da colonialidade e agindo como um projeto de intervenção, mas também age como um pensamento de fronteira. O pensamento de fronteira “não é um pensamento fundamentalista ou essencialista daqueles que estão à margem ou na fronteira da modernidade” (Costa; Grosfoguel, 2016, p. 18). Segundo os decoloniais as fronteiras são “*loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos” (Costa; Grosfoguel, 2016, p.19).

Posto isso, defendemos a importância da historicização da Decolonialidade e dos seus conceitos, uma vez que possui suas especificidades, trajetória histórica, e deve ser lida não somente como um pensamento teórico, mas também como um projeto político de intervenção e combate, que visa a superação da colonialidade. Na medida que a Decolonialidade vem sendo promissora, despertando discussões e inspirando atitudes que vão além da academia em diferentes contextos da América Latina.

O CASO DO BRASIL: DAS RUAS A ACADEMIA

Em meio a disseminação das ideias da rede Modernidade/Colonialidade durante as últimas décadas dos anos dois mil, percebe-se que a academia brasileira vem recepcionando de forma intensa os debates decoloniais, principalmente na área das Ciências Humanas, como no campo da História, que é o alvo deste trabalho. De acordo com Reis (2024) a intensidade do debate contra a colonialidade e ascensão de escritas subalternas está sendo “propagado na historiografia brasileira contemporânea, sobretudo, com a emergência cada vez mais frequente das pesquisas que dialogam diretamente com os marcadores identitários sociais de raça, classe e gênero” (Reis, 2024, p.19).

Compreende-se que o conceito de decolonialidade, tem sido alvo de uso e de releitura nos trabalhos de pesquisadores brasileiros, no qual os mesmos estão adaptando o conceito às especificidades das experiências brasileiras. Deste modo, ressalta-se que a decolonialidade vem ganhando um sentido amplo no Brasil, englobando todas as atitudes de resistência contra a colonialidade, fazendo com que pesquisadores brasileiros sejam lidos como decoloniais, como o caso da historiadora Maria Beatriz Nascimento, mesmo sem participação na rede M/C.

A visibilidade da decolonialidade na Historiografia Brasileira, trouxe a tona a importância do combate ao eurocentrismo no campo da História, e bem como a valorização de narrativas de grupos que foram subalternizados como no caso dos negros e indígenas, além de reflexões ao entorno de práticas de superação da desigualdade racial. Entretanto, é importante destacar que primeiramente as iniciativas de resistência contra a colonialidade no Brasil surgem vinculados aos movimentos sociais, como o Movimento Negro e Indígena.

O embate contra o racismo e a valorização da vida negra no Brasil perpassa uma longa trajetória de organizações culturais e políticas desde o início do século XX, que atuavam de forma independente. Entretanto, com o golpe de 1964, os grupos de resistência negra começaram a ter uma maior visibilidade devido às inúmeras ações empreendidas em diversos setores da sociedade contra o regime, e isso resultou na criação de diferentes entidades negras (Gonzalez, 1982).

Em um contexto de Ditadura Militar com “uma modernização conservadora, há uma notável expansão do sistema universitário brasileiro, em especial no setor privado. Ainda que de forma tímida, muitos negros passam a ter acesso à educação superior” (Trapp, 2017, p. 218). Logo a juventude negra universitária de classe média começa a

identificar a persistência do racismo, encorajando a constituição de um Movimento Negro organizado e que viria a se tornar o que conhecemos contemporaneamente como Movimento Negro Unificado-MNU (Trapp, 2017).

Com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, as discussões sobre o papel do negro na História brasileira se tornou mais intensa, na medida que a resistência negra sempre esteve fortemente relacionada as pautas da educação (Pereira, 2011). Muitos militantes de diferentes estados utilizaram o âmbito da educação para combater a discriminação racial e desenvolver narrativas a partir do ponto de vista da história negra, fazendo uso inclusive da elaboração de cartilhas para professores e alunos (Pereira, 2011).

Em meio aos esforços dos militantes do Movimento Negro, a Lei 10.639 foi aprovada em 9 de janeiro de 2003 durante o governo do presidente Luis Inacio Lula da Silva, momento que ficou conhecido pelo destaque da esquerda no Brasil e afloramento das discussões sociais. A lei tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de Ensino Básico, de forma que ampliou o currículo nacional de ensino com a inserção de narrativas não hegemônicas. Deste modo, a lei converteu-se em um símbolo da luta pelo letramento racial e pela superação do racismo por meio de uma educação plural e ancestral.

Com a implementação da Lei 10.639/2003 a historiografia brasileira e a academia sofreram um forte impacto. Tendo em vista que a lei contribuiu para abertura de uma nova leitura e produção da História brasileira. As pesquisas sobre raça, racismo, negritude, saberes e cultura africana se tornaram mais frequentes, visto que isso se tornou necessário para suprir as demandas do Ensino Básico (Reis, 2024).

Vinculado à luta contra a colonialidade, o Movimento Indígena também foi, e é um contribuinte para ações que visam a releitura da História brasileira e recepção de narrativas decoloniais. Segundo Bicalho (2022) o Movimento Indígena “se caracteriza, entre outros aspectos, pela diversidade de povos e culturas” (Bicalho, 2022, p. 2) que em meio ao “ciclo de Ditaduras Militares que assolou a América Latina, esses povos também estiveram entre os que se organizaram e, juntamente com os povos afro-diaspóricos e as mulheres, lutaram contra os desmandos do governo autoritário e repressor de diversos países” (Bicalho, 2022, p. 18).

O Movimento Indígena no Brasil se caracterizou como um dos movimentos sociais contemporâneos que “não se expressa pela ideia de unidade, nem externa e nem

internamente” (Bicalho, 2022, p.18) devido a sua extensa diversidade cultural e linguística. Entretanto, é sua “diversidade e a fragmentação que o distingue, o que não o descaracteriza enquanto Movimento Indígena” (Bicalho, 2022, p. 18), visto que possui suas ações e reivindicações próprias, a medida que visa a manutenção e valorização de suas diferenças de forma harmoniosa (Bicalho, 2022).

A luta indígena no Brasil é resultado de uma longa dívida colonial que desencadeou em um cenário de exclusão e falta de reconhecimento, haja vista que esse quadro só começou a ser modificado por meio da institucionalização da Constituição Cidadã no ano de 1988, que estabeleceu pela primeira vez na história brasileira o reconhecimento legal da existência dos povos indígenas, assim como os seus direitos. Isso ocorreu devido a forte mobilização do Movimento Indígena e apoio de grupos militantes que deram visibilidade à pauta.

As reivindicações dos Povos Tradicionais por muito tempo foram silenciadas e distorcida tanto no meio político como também no meio acadêmico, porém com a forte organização do Movimento Indígena Brasileiro e suas lideranças, isso veio se modificando a passos lentos, como no caso do reconhecimento de direitos na Constituição, como também no importante marco da implementação da Lei 11.645/2008 que reforçou a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena no Ensino Fundamental e Médio.

Assim como a Lei 10.639/2003 a Lei 11.645/2008 também impactou a historiografia brasileira e academia, tendo em vista que trouxe a necessidade de estudar e produzir com mais intensidade pesquisas e discussões sobre a História Indígena, de forma que incorporassem o lugar de fala dos povos nativos. Em meio a este contexto de transformações, a Lei 10.639/2003 fruto do Movimento Negro e a Lei 11.645/2008, consequência da luta do Movimento Indígena, auxiliaram na incorporação e ascessão das ideias da rede Modernidade/Colonialidade no campo teórico brasileiro.

De acordo com Reis (2024) a adesão do discurso decolonial na academia brasileira trouxe destaque para a trajetória e produções de militantes acadêmicos e

literatos como Maria Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez⁷, Ailton Krenak⁸, Conceição Evaristo⁹, Kabengele Munanga¹⁰, Daniel Munduruku¹¹, Carolina Maria de Jesus¹², por dentre outros. A maioria destes nomes não fazem parte do campo da História, com exceção da historiadora Maria Beatriz Nascimento, porém estes traçam narrativas que fogem do discurso hegemônico, fortalecendo a historicização de grupos e narrativas que não foram contempladas pela historiografia tradicional.

Os nomes apresentados acima em sua maioria são apontados como pesquisadores decoloniais. De acordo com Reis (2024) isso ocorre devido a recepção da decolonialidade no Brasil ter gerado um estado de *decolonialidade à brasileira*. Isto seria “como um metaconceito e tem o propósito de nomear diferentes tendências e formas de operacionalização dos conceitos e dos debates decoloniais, nas pesquisas desenvolvidas no campo da História” (Reis, 2024, p. 19).

A *decolonialidade à brasileira* defendida por Reis (2024) e utilizada neste trabalho para a leitura da rede M/C na historiografia brasileira que refere-se “a um compilado de “tradições e experiências anticoloniais, sendo a maior parte delas anteriores ao próprio surgimento do paradigma decolonial” (Reis, 2024, p. 19), uma vez que as resistências e discussões sobre a superação do discurso eurocêntrico no Brasil foi pautado primeiramente pelo Movimentos Negro e Indígena e se reforça ao longo dos anos 2000 com a enraizamento dos governos de esquerda e a implantação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Com isso, gerou-se uma urgência de se repensar a História brasileira e trazer para dentro das academias o olhar sobre estes grupos que anteriormente foram tidos como subalternos. E, no campo da História, estes diálogos estão “intrinsecamente relacionados às questões de raça, gênero e classe, imbricadas nas

⁷ Ativista do movimento negro, professora, filósofa, historiadora e geógrafa é uma das mais importantes referências do feminismo negro brasileiro. Lélia buscou ao longo de sua trajetória acadêmica e militante refletir sobre o lugar social do negro na América Latina e no Brasil, tendo em vista uma revisão da História.

⁸ Indígena da etnia Krenak, militante, ativista, escritor, ambientalista e filósofo. Ailton coleciona obras importantes como *A vida não é útil*, *O amanhã não está à venda* e *Como adiar o fim do mundo*. Suas produções trazem os saberes ancestrais dos povos indígenas e o cuidado com a terra.

⁹ Escritora brasileira, línguista, participante do Movimento Negro, atualmente é uma das literatas mais importantes do pós-modernismo brasileiro.

¹⁰ Antropólogo brasileiro-congolês, especialista em estudos de raça e população brasileira.

¹¹ Indígena da etnia Munduruku, ativista, e atuante no campo da literatura infanto-juvenil. Daniel Munduruku defende os direitos indígenas e visa a valorização do conhecimento dos povos tradicionais em suas obras.

¹² Cantora, poetisa, e escritora brasileira famosa por sua obra *O quarto de despejo: o diário de uma favelada*, que evidencia a segregação espacial e a desigualdade social e racial no Brasil.

pesquisas sobre História da Historiografia, Teoria da História, Ensino de História e História Indígena” (Reis, 2024, p. 75).

A decolonialidade irá operar em seu sentido amplo, devido haver na historiografia brasileira uma imprecisão da compreensão dos conceitos de “pós-colonial” e “decolonial”, assim como uma decrição da relação do pensamento negro com o decolonial. Logo, Reis (2024) propõe :

[...] pensar a decolonialidade à brasileira como um metaconceito em função, por um lado, de sua abertura semântica, seu potencial agregador e suas múltiplas formas de operacionalização. Esse potencial se desdobra em diferentes formas de incorporação de experiências concretas, tais como: a) as experiências históricas de resistência e crítica ao colonialismo, distribuídas na longa duração (do século XVI aos dias atuais) (sentido amplo de decolonialidade); b) os múltiplos paradigmas científicos, correntes intelectuais e escolas de pensamento que se formaram ao longo dos séculos XX e XXI, em diferentes partes do mundo, que têm na crítica ao colonialismo o seu ponto em comum. Por outro lado, pensar a decolonialidade à brasileira como metaconceito também se deve à percepção de que, na tradição acadêmica brasileira, observa-se uma tendência ao esvaziamento do caráter político da decolonialidade, o silenciamento de autorias negras e indígenas e abordagens seletivas que se limitam a “dialogar com os membros da rede de investigação modernidade/colonialidade e com outros teóricos latino-americanos que falam a partir de uma perspectiva da população branca.” (Reis, 2024, p.27).

Deste modo, salientamos que a recepção do paradigma decolonial na historiografia brasileira, explicado aqui pelo uso do conceito de Reis (2024) de *decolonialidade à brasileira*, ajuda a entendermos que a recepção dos conceitos produzidos pela rede Modernidade/Colonialidade no campo histórico brasileiro se trata de um quadro de versatilidade de usos e representações que englobam os discursos do Movimento Negro, Movimento Indígena, ações políticas, assim como os modismos da academia, que serão lidos como decoloniais devido trazerem em seu cerne questões que fogem da leitura feita pelo pensamento eurocentrico, como bem explica Reis (2024):

Nesse sentido, o metaconceito de decolonialidade à brasileira evidencia o poder evocativo de “decolonialidade” em sua recepção no Brasil, responsável por uma grande diversidade de usos e interpretações, muitas vezes incompatíveis. Do caráter político-acadêmico da decolonialidade a mero modismo na academia, o metaconceito de decolonialidade à brasileira pretende, em síntese, abarcar esse fenômeno abrangente (Reis, 2024, p. 28).

Logo ressaltamos que a decolonialidade opera na historiografia brasileira de uma forma complexa e diversa. Entretanto, argumentamos que para evitar diacrônismos e

apagamentos de movimentos e epistemes, alguns autores devem ser localizados dentro do seu contexto, como no caso de pesquisadores do Movimento Negro, uma vez que estes pesquisadores trazem atitudes decoloniais, porém não fazem parte da decolonialidade restrita.

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento decolonial possui seus próprios conceitos e definições que são oriundos de seu processo histórico e do lugar de fala daqueles que o produziram durante os momentos de crise da América Latina, com a ascensão dos governos de direita e a quebra da História Total Eurocêntrica nas Ciências Humanas e Sociais durante o final do século XX, o que o levou a operar não somente como uma escola de pensamento, mas também como um projeto político que inspira práticas não hegemônicas e narrativas plurais.

Logo, a adesão das discussões e usos dos conceitos produzidos pela rede M/C na historiografia brasileira, consistem em um quadro complexo de variações e interpretações. Deste modo, ressaltamos a importância de localizar e historicizar os seus conceitos para a melhor compreensão e prática da proposta decolonial, para que assim evite também os diacrônicos.

Conclui-se que a discussão em vista sobre o pensamento decolonial possui significância, pois se trata de uma pesquisa inovadora que contribui para a disseminação de epistemes não eurocênicas no campo da História, bem como propicia a historicização dos estudos decoloniais e sua adesão no campo historiográfico brasileiro.

ABSTRACT

This research is linked to the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships (PIBIC), funded by the Piauí State Research Support Foundation (FAPEPI). It concerns decolonial thought, which is a set of reflections by Latin American intellectuals who make up the Modernity/Coloniality network. These intellectuals base their work on the concept of "coloniality of power," coined by the sociologist Aníbal Quijano, which understands race as a determinant for establishing a parameter of organization and exploitation of the world-system dictated by the European model. These intellectuals question the maintenance of colonial domination over Latin America since 1492 and seek to overcome it. It's important to note that after the late 20th century, decolonial ideas were incorporated into the Brazilian historiographical field, generating what we understand as "a decoloniality à la brésilienne," which refers to a set of anti-colonial resistances (Reis, 2024). Thus, this research aims to analyze decolonial thought and its contribution to the field of Brazilian historiography. Using a

qualitative methodology with a bibliographic review of authors such as Costa and Grosfoguel (2016), Reis (2024), and Quijano (2005), the study demonstrates the relevance of post-colonial thought to decolonial thought. It highlights the political and interventionist nature of decoloniality in the world-system/modernity produced by Europe, and also discusses how these debates are incorporated into the Brazilian context. Therefore, the discussion concludes that this is an innovative study that contributes to the dissemination of non-Eurocentric epistemes in the field of History.

Keywords: Decoloniality, Brazilian Historiography, History.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11, p. 89-117, 2013.

BICALHO, P. S. D. S. Movimentos Sociais e Movimentos Indígenas- etnia e classe social: caminhos que cruzam, mas não se confundem. **Revista Transverso**, n. 5, p. 11-32, Agosto, 2022.

COSTA, J. B.; GROSGOQUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**.v.31, n. 1, p. 15-24, 2016. e **Estado**.v.31, n. 1, p. 15-24, 2016.

COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSGOQUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, nº 9, p. 73-1013, 2008.

MIGNOLO, W. Desobediencia Epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: **Ediciones del Signo**, 2018.

PEREIRA, A.A. A Lei 10.639/2003 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na História do Brasil”. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n.17, p. 25-45, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**. v. 13, nº. 29, p. 11-20, 1992.

REIS, S. **Uma decolonialidade á brasileira: perspectivas decoloniais entre historiadores(as) no Brasil**. 2024. 196 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2024.

ROSEVICS, L. Do pós-colonial à decolonialidade. **Diálogos Internacionais**, Novembro, 2014.

RATTS, A. Corpos negros educados: notas acerca do Movimento Negro de base acadêmica. **NGUZU- Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiático da Universidade Estadual Londrina**, n.1, p. 27-38, 201.

REIS, M. N; ANDRADE, M. F. F. D. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectiva. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, p. 1-11, 2018.

TRAPP, R. Utopias negras: Eduardo de Oliveira e Oliveira, educação e questão racial no Brasil (anos de 1970). **Revista de História e Historiografia da Educação**, v.1, p. 214-236, 2017).

GONZÁLEZ, L; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.